



When China Rules the World

The End of the Western World and the Birth of a New Global Order

Martin Jacques

New York: Penguin Press

2009, 550 pp.

ISBN: 978-1-59420-185-1

A República Popular da China é cada vez mais um objecto preferencial de análise estratégica e de estudos prospectivos quanto à sua ascensão (pacífica ou não) no sistema internacional. Diplomatas, académicos, militares e jornalistas (como é o caso em análise) têm dado à prensa uma miríade de obras abrangendo o espectro das percepções e das intenções de segurança de Pequim, indo desde os designados *panda huggers* (que advogam uma visão benigna da ascensão da China) até aos *panda sluggers* (que vêm nessa mesma ascensão uma ameaça aos interesses da potência dominante, forçando a uma redistribuição de poder no sistema internacional, sendo portanto necessário conter essa ascensão). A argumentação conceptual empregue por estes, vai desde a análise construtivista e liberal até ao campo realista com os seus apêndices evolutivos do realismo estrutural (ofensivo e defensivo), neo-clássico e do neo-realismo.

O racional de Martin Jacques não se encaixa taxativamente em qualquer destes campos, fazendo o autor, vários e repetidos ziguezagues conceptuais que vulnerabilizam a consistência argumentativa global da obra, a qual assenta essencialmente no pressuposto de que estamos a entrar numa era de “modernidade contestada” pela China (p. 144) na qual as assumpções Ocidentais sobre o significado dessa mesma modernidade serão testadas e alteradas de forma decisiva, o que trará transformações tectónicas significativas para o sistema internacional. A sua abordagem é mais jornalística – sendo algo sensacionalista – que académica, e como tal, por vezes, menos objectiva.

As suas conclusões são: (1) a China não é um Estado-nação mas um Estado-civilização (retirada de Lucien Pye); (2) as suas relações com a região ir-se-ão desenvolver de

forma a reinstaurar o antigo sistema tributário da época imperial; (3) a noção de raça e de etnicidade chinesa roça a noção de superioridade e excepcionalismo, a qual está inculcada na *psiche* nacional; (4) a China continuará a ser uma potência continental, com alguns intuitos expansionistas; (5) a moral confucionista será o cimento aglutinador da sociedade e do Estado chinês; (6) o conceito de modernidade da China é diferente do Ocidental; (7) o pragmatismo e flexibilidade do Partido Comunista Chinês fará com que continue a manter-se no poder; e (8) a China continuará a ser um país de contrastes – com tanto de país desenvolvido como em desenvolvimento (pp. 414-435).

Esta é uma lógica apoiada num discurso de “excepcionalismo semi-messiânico e rácico” chinês, necessariamente diferente do *Manifest Destiny* dos Estados Unidos, ao abrigo do qual Jacques acaba por se enredar numa argumentação contraditória, pois critica indirectamente o actual sistema global de *hub and spokes* de Washington (Ocidental), mas encara com benignidade o renascimento do histórico sistema tributário da China Imperial, sendo este também sido um sistema de *hub and spokes*, ainda que bem menos efectivo e eficaz.

Essencialmente, esta não é uma argumentação nova. Na verdade parece que Jacques decidiu adoptar também o racional de Kishore Mahbubani em *The New Asian Hemisphere*, mas focalizando-se na China – permeado por um “*bom fait divers* analítico” sobre a cultura e a sociedade japonesa a título comparativo – para co-validar o discurso dos valores asiáticos e da transferência progressiva do centro de gravidade do sistema internacional do Oceano Atlântico para o Pacífico, e para Estados que privilegiam uma acção paternalístico/utilitária de governação, por vezes apoiada em discursos de identidade racial como factor de coesão nacional (p.133).

Nesta óptica, e a partir do excelente estudo de Frank Dikotter, *The Discourse of Race in Modern China*, o autor efectua extrapolações para a contemporaneidade e para o futuro da China, as quais têm tanto de generalista quanto de exacerbado, omitindo o facto da janela de tempo da análise de Dikotter terminar em 1949, ano da proclamação da República Popular da China. Desde então, e não obstante cerca de 90 por cento da população ser da etnia Han, a sociedade chinesa já passou por muitas e dramáticas convulsões, sendo tudo menos um monólito de tradição e coesão, pois nela coexistem elementos de colectivismo e ordem social; de individualismo e rebeldia (étnica e não étnica); de Confucionismo, Legalismo, Taoísmo, Budismo e de Catolicismo.

Existem assim mais dúvidas do que certezas no que concerne à evolução da China, e estas são de tal forma que a afirmação de Winston Churchill sobre a Rússia em plena Guerra Fria adequa-se na perfeição à China contemporânea: “uma adivinha embrulhada num mistério, dentro de um enigma”.

Aliás Jacques acaba por reconhecer tais incertezas no que concerne à evolução do país no plano interno e externo, ainda que de forma obliquamente não assumida.

Pode a China democratizar-se? Pode o regime implodir ou prosseguir no seu intento de preservação da sua legitimidade através de um desenvolvimento sustentado, nacionalista e socialmente estável? Pode a China vir a ser a grande potência global? Pode a China tornar-se territorialmente aquisitiva? Pode a China ser um modelo de desenvolvimento diferente do preconizado pelo Ocidente?

Não obstante as conclusões já atrás referidas, a explanação do argumento oscila entre o sim com condições e o talvez, o que contradiz completamente o título da obra, que deixa transparecer a existência de um determinismo absolutista face ao presente e ao futuro da China.

Na China não existe democracia não porque culturalmente ela estará fadada e adaptada para funcionar sob regimes autoritários, mas porque as instituições e o Partido Comunista desenvolveram uma série de – até agora bem sucedidas – estratégias adaptativas que procuram aglutinar os sectores mais representativos da sociedade (*i.e.* Teoria das Três Representações de Jiang Zemin).

A influência regional da China não se deve a um sistema tributário mas sim ao seu tamanho e riqueza, esta última dependente de dinâmicas económicas biunívocas e interdependentes. A China não tem ambições aquisitivas no plano territorial (com excepção da reunificação de Taiwan), não porque tenha uma “estratégia de governação por suserania”, mas porque está rodeada de Estados robustos com as fronteiras terrestres relativamente estáveis (exceptua-se a disputa territorial com a Índia). Mesmo a dimensão de uma potencial expansão marítima para áreas sujeitas a reivindicações no plano multi e bilateral (Sul do Mar da China e ilhas Diaoyu/Senkaku) tem a limitação de tal desiderato ter de se confrontar com a potência marítima dominante global e regional (*i.e.* Estados Unidos).

A nova *Mutual Assured Destruction* (MAD) sino-americana de natureza económica fornece uma boa tamponagem a eventuais e pouco prováveis aventureirismos desta natureza. Apenas o *balance of power* (não o expansionismo) poderá garantir a Pequim a continuação do seu crescimento económico e da sua “ascensão pacífica”, num sistema internacional que pretende que venha a ser multipolar.

Também existem obstáculos de monta ao “determinismo de liderança global da China” e que não são sequer abordados com a profundidade que mereciam, como sejam: o envelhecimento e estagnação do crescimento da população chinesa a partir de 2050, a ausência de um sistema de segurança social consolidado (estão a ser dados os primeiros passos neste sentido), as alterações climáticas que acentuarão as já persistentes secas no Norte do país, o impacto e o combate à poluição ambiental, a corrupção no sistema burocrático, as assimetrias de desenvolvimento entre as províncias do litoral e do interior, e o facto de o actual modelo de desenvolvimento económico assente numa taxa de poupança das famílias da ordem dos

40 por cento do produto nacional bruto e numa volume de exportações que, em 2020, será metade do total mundial não ser sustentável a prazo. Em suma, a China tem de passar a poupar menos e a consumir mais.

Por outro lado, algumas das generalizações empregues vulnerabilizam o conhecimento acumulado do autor (que é significativo) particularmente sobre a diáde China-Japão, transmitindo a noção ao leitor mais atento que Jacques “possui uma visão holística da China, da Ásia e do sistema internacional com pouco de co-substanciação, mas que não obstante não o coíbe de nos tentar elucidar ainda que genericamente”, apoiando-se em conversas com alguns taxistas e vários estudantes universitários como se estes fossem amostras representativas do pulsar da sociedade chinesa, mas omitindo na bibliografia muitas das obras académicas de maior relevo que abordam algumas das sub-temáticas apenas afloradas.

Assim, torna-se difícil não fazer a dedução que o autor procedeu a uma escolha selectiva e limitada de algumas fontes, de forma a inserir apenas aquelas que se encaixavam na sua argumentação por vezes zigzagueante.¹ Se a China é um “enigma” então a confrontação de diferentes fontes e perspectivas é fundamental para o enriquecer e fortalecer do debate e do argumento que se pretenda adoptar e explicar.²

Não obstante estas observações críticas estamos perante uma obra que merece uma leitura atenta. Sendo tão abrangente e ambiciosa é compreensível que alguma da argumentação elaborada padeça de maior consubstanciação, mas a principal virtude reside na polémica do debate que necessariamente gerou e gera, provocando intelectualmente tanto o leitor mais curioso e generalista, como induzindo aquele mais especialista, a confrontar fontes e a cruzar argumentos em prol ou contra algumas das asserções avançadas por Jacques. Merece lugar em qualquer biblioteca individual ou institucional.

Alexandre Carriço
Major de Infantaria, Assessor no IDN

1 Estudos de académicos como os de Roderick MacFarquhar “The Politics of China: The Eras of Mao and Deng” e deste com Michael Schoenhals “Mao’s Last Revolution”; de Edward Friedman “What if China Doesn’t Democratize?” e deste com Mark Selden “Revolution, Resistance and Reform in Village China”; de Merle Goldman “From Comrade to Citizen: The Struggle for Political Rights in China”; de Stuart Schram “Foundations and Limits of State Power in China”; de Mixin Pei “China’s Trapped Transition: The Limits of Developmental Autocracy”; e de William Overholt (não refere a sua última obra de 2007 “Asia, America, and the Transformation of Geopolitics”, só a primeira de 1993 “China: The Next Economic Superpower”); e de Chaohua Wang “One China, Many Paths”, entre outros.

2 Existem algumas imprecisões históricas como o facto de o autor referir que combate contra as forças japonesas na década de 30 e 40 foi conduzido maioritariamente pelos comunistas e não pelos nacionalistas de Chiang Kai-shek, quando foi precisamente ao contrário (num alinhamento ao discurso de propaganda histórica oficial de Pequim).